

SUMÁRIO

Doutrina

Andréa Mascitto - Ponderações sobre o instituto da compensação de ofício e da retenção de crédito objeto de pedido de restituição

1. Introdução. II. Evolução histórica legislativa. III. Aplicação legislativa. IV. Interpretação legislativa e posição jurisprudencial sobre o tema. V. Conclusão.

7

Danny Monteiro da Silva - Padece a contribuição social do art. 1º da Lei Complementar 110, de 2001, de exaurimento de sua finalidade ou de inconstitucionalidade superveniente?

1. Introdução. 2. Inconstitucionalidade superveniente? 3. Direito intertemporal: revogação ou recepção da LC 110/2001 pela EC 33/2001. 4. Exaurimento da finalidade da contribuição e vinculação de receitas da contribuição social geral da LC 101/2001. 5. Considerações finais.

16

Guilherme de Meira Coelho - A não incidência das contribuições ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust nos serviços de valor adicionado

I - Introdução. II - A contribuição ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust. III - Os serviços de valor adicionado e a sua não incidência às contribuições ao Fust. IV - Conclusão.

36

Hugo de Brito Machado - A interpretação benigna preconizada pelo art. 112 do Código Tributário Nacional

1. Introdução. 2. Interpretação benigna. 3. Hipóteses de interpretação benigna. 4. Caracterização da dúvida.

42

José Luis Ribeiro Brazuna, Katia Soriano de Oliveira Mihara e Thaís Bohn de Camargo Doria - A não tributação dos jornais eletrônicos

I - Introdução. II - A assinatura e a distribuição de jornais. III - Análise sob o ponto de vista da tributação do serviço de comunicação. IV - Conclusões.

53

Leonardo Freitas de Moraes e Castro - IOF sobre empréstimos concedidos por meio de cédula de crédito bancário e notas promissórias comerciais: importantes diferenciações sobre os aspectos material e quantitativo de sua hipótese de incidência

1. Introdução. 2. Imposto sobre operações financeiras e suas vicissitudes: aspecto material do IOF-crédito e do IOF-títulos e valores mobiliários. 3. Incidência do IOF sobre empréstimos concedidos por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB): "IOF-crédito". 4. Incidência do IOF sobre empréstimos concedidos por meio de nota promissória comercial (*commercial paper*): "IOF-títulos". 5. Conclusões.

68

Lucas Calafiori Catharino de Assis - Do desvio de finalidade do protesto de Certidão de Dívida Ativa

1. Introdução. 2. Conceito e efeitos do protesto. 3. A Certidão de Dívida Ativa e suas características. 4. Da ilegalidade do protesto de Certidão de Dívida Ativa. 5. Conclusão.

77

Maria Rita Ferragut - Grupos econômicos e solidariedade tributária

1. Introdução. 2. Da configuração de grupo econômico. 3. A controvertida questão do fundamento legal que autorizaria o redirecionamento. 4. Conclusões.

88

Omar Farah Freire - A regra-matriz de incidência tributária da taxa de mineração

1. Introdução. 2. Critério material da TFRM. 3. Critérios espacial e temporal da TFRM. 4. Critério quantitativo da TFRM. 5. Critério pessoal da TFRM. 6. Considerações finais.

102

Paulo Roberto Trevisan e Vinicius Monte Serrat Trevisan - O mandado de procedimento fiscal e a data de seu início

1. O Mandado de Procedimento Fiscal (MPF). 2. Início do MPF. 3. Ato do delegado da RFB. 4. Ato do auditor fiscal. 5. Conclusão.

117

Ramon Tomazela Santos - Os rendimentos de prestação de serviços técnicos e de assistência técnica, com ou sem transferência de tecnologia, nos acordos de bitributação - reflexões a respeito do Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 5/2014

1. Introdução. 2. Histórico da discussão. 3. Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 5/2014. 4. O ADI RFB nº 5/2014 e o artigo 100 do Código Tributário Nacional. 5. Conclusões.

127

Renato Lopes Becho - O direito natural e o REsp 1.120.295/SP

I - Colocação do tema. II - A dicotomia direito natural *versus* direito positivo. III - O REsp 1.120.295/SP. IV - A coerência como forma de argumentação e suas falhas na aplicação. V - Justificativas para o REsp 1.120.295/SP não ser entendido, filosoficamente, por outra linha que não o direito natural racional. VI - À guisa de conclusão.

145

Parecer

Sacha Calmon Navarro Coêlho, Misabel Abreu Machado Derzi e André Mendes Moreira - Das relações entre o parcelamento do crédito tributário e a prescrição da pretensão executiva fazendária

1. A Consulta. 2. Conceito e fundamento social da prescrição. 3. Breves considerações sobre a prescrição no Direito Tributário. 4. A impossibilidade de curso da prescrição quando a exigibilidade do crédito tributário resta suspensa pelo parcelamento. 5. O requerimento de parcelamento como ato interruptivo da prescrição. 6. A necessidade de concessão do parcelamento para que, interrompida a prescrição pelo seu requerimento, opere-se também a suspensão do curso do prazo prescricional. 7. Algumas conclusões preliminares. 8. Da hipótese de inexistência de homologação expressa do pedido de parcelamento e seus efeitos sobre a contagem do prazo prescricional. 9. Do reinício da contagem do prazo prescricional. 10. Conclusões.

155

Opinião Legal

Ives Gandra da Silva Martins e Marilene Talarico Martins Rodrigues - ADI nº 5.096. Correção da tabela de incidência do imposto sobre a renda para pessoas físicas. Aplicação da técnica de interpretação conforme a Constituição

165